

**SUMÁRIO****LIVRO I  
INTRODUÇÃO E PARTE GERAL****CAPÍTULO I  
CARACTERIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO**

I. INTRODUÇÃO .....	49
II. DEFINIÇÃO .....	49
III. DENOMINAÇÃO .....	52
IV. CONTEÚDO .....	55
V. FUNÇÕES .....	58
VI. ABRANGÊNCIA DA ÁREA JURÍDICO-TRABALHISTA .....	62
VII. DIVISÃO INTERNA DO DIREITO DO TRABALHO .....	63

**CAPÍTULO II  
AUTONOMIA E NATUREZA JURÍDICA  
DO DIREITO DO TRABALHO**

I. INTRODUÇÃO .....	66
II. AUTONOMIA .....	66
III. NATUREZA JURÍDICA .....	70
IV. RELAÇÕES DO DIREITO DO TRABALHO COM OUTROS CAMPOS DO DIREITO ..	75
1. Relações com o Direito Constitucional .....	75
2. Relações com Princípios Gerais de Direito e de outros Ramos Jurídicos ....	76
3. Relações com o Direito Civil .....	78
4. Relações com o Direito Previdenciário .....	79

**CAPÍTULO III  
ORIGEM E EVOLUÇÃO  
DO DIREITO DO TRABALHO**

I. INTRODUÇÃO .....	81
II. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DO TRABALHO — PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS .....	81
III. POSICIONAMENTO DO DIREITO DO TRABALHO NA HISTÓRIA .....	83
IV. PROCESSO DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO ..	87

V. FASES HISTÓRICAS DO DIREITO DO TRABALHO .....	92
1. Manifestações Incipientes ou Esparsas .....	94
2. Sistematização e Consolidação .....	95
3. Institucionalização do Direito do Trabalho .....	96
4. Crise e Transição do Direito do Trabalho .....	97
VI. MODELOS PRINCIPAIS DE ORDENS JURÍDICAS TRABALHISTAS .....	99
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalistas Democráticos .....	99
A) Normatização Autônoma e Privatística .....	100
B) Normatização Privatística Subordinada .....	100
2. Parâmetros do Modelo Justrabalista Autoritário .....	101
3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares .....	102

#### CAPÍTULO IV

#### ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL

I. INTRODUÇÃO .....	105
II. PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO .....	105
1. Manifestações Incipientes ou Esparsas .....	106
2. Institucionalização do Direito do Trabalho .....	109
Análise Comparativa .....	112
3. Crise e Transição do Direito do Trabalho .....	114
Transição Democrática Aliada à Crise do Ramo Jurídico .....	115
III. O MODELO JUSTRABALHISTA BRASILEIRO TRADICIONAL .....	118
1. Parâmetro Estatal-subordinado de Gestão Trabalhista .....	118
2. Modelo Justrabalista Brasileiro Tradicional: caracterização sociojurídica e reprodução histórica .....	120
IV. A CARTA CONSTITUCIONAL DE 1988 E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA JUSTRABALHISTA .....	122
1. Avanços Democráticos da Constituição de 1988 .....	123
A) Renovação da Cultura Jurídica Brasileira .....	124
B) A Carta de Direitos de 1988 .....	126
2. Contradições Antidemocráticas da Constituição de 1988 .....	127
Corporativismo <i>Versus</i> Democracia .....	129
3. Transição Refreada: impasses constitucionais de 1988 .....	133
4. Modelo Justrabalista: transição ou continuidade? .....	135

#### CAPÍTULO V

#### ORDENAMENTO JURÍDICO TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO .....	137
---------------------	-----

II. FONTES DO DIREITO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO .....	137
1. Conceito .....	137
2. Classificação .....	138
A) Fontes Materiais .....	139
B) Fontes Formais .....	141
Heteronomia e Autonomia .....	142
III. FONTES FORMAIS JUSTRABALHISTAS: TIPOS JURÍDICOS .....	144
IV. FONTES HETERÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO .....	145
1. Constituição .....	145
A) Sentido Material e Sentido Formal .....	145
B) Eficácia Jurídica da Carta Constitucional .....	147
a) Vertente Tradicional .....	147
b) Vertente Moderna .....	148
c) Análise Comparativa .....	151
2. Lei (e Medida Provisória) .....	152
3. Tratados e Convenções Internacionais .....	154
4. Regulamento Normativo (Decreto) .....	156
5. Portarias, Avisos, Instruções, Circulares .....	156
6. Sentença Normativa .....	157
V. FONTES AUTÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO .....	159
1. Convenção Coletiva de Trabalho e Acordo Coletivo de Trabalho .....	159
Aderência Contratual .....	161
2. Contrato Coletivo de Trabalho .....	163
3. Usos e Costumes .....	165
VI. FIGURAS ESPECIAIS .....	166
1. Figuras Justrabalhistas Especiais .....	166
A) Laudo Arbitral (Arbitragem) .....	166
B) Regulamento Empresarial .....	168
2. Outras Figuras Jurídicas Especiais .....	169
A) Jurisprudência .....	169
B) Princípios Jurídicos .....	171
C) Doutrina .....	172
D) Equidade .....	172

3. Referências Finais .....	174
A) Analogia .....	174
B) Cláusulas Contratuais .....	174
VII. HIERARQUIA ENTRE AS FONTES JUSTRABALHISTAS .....	175
1. Hierarquia Normativa: teoria geral .....	176
2. Hierarquia Normativa: especificidade justralhista .....	177
3. Aplicação da Teoria Especial Trabalhista .....	179
Acumulação <i>Versus</i> Conglobamento .....	181
<b>CAPÍTULO VI</b>	
<b>PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO</b>	
I. INTRODUÇÃO .....	184
1. Ciência e Princípios .....	185
2. Direito e Princípios .....	186
II. PRINCÍPIOS DE DIREITO: FUNÇÕES E CLASSIFICAÇÃO .....	187
1. Fase Pré-jurídica ou Política .....	187
2. Fase Jurídica .....	188
A) Princípios Descritivos (ou Informativos) .....	188
B) Princípios Normativos Subsidiários .....	188
C) Princípios Normativos Concorrentes .....	189
III. PRINCÍPIOS JURÍDICOS GERAIS APLICÁVEIS AO DIREITO DO TRABALHO — ADEQUAÇÕES .....	191
1. Princípios Gerais — adequações .....	192
2. Máximas e Brocardos Jurídicos .....	194
IV. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS AO DIREITO DO TRABALHO .....	195
V. PRINCÍPIOS DE DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO .....	196
1. Núcleo Basilar de Princípios Especiais .....	197
A) Princípio da Proteção .....	197
B) Princípio da Norma Mais Favorável .....	199
C) Princípio da Imperatividade das Normas Trabalhistas .....	201
D) Princípio da Indisponibilidade dos Direitos Trabalhistas .....	201
E) Princípio da Condição Mais Benéfica .....	202
F) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva .....	203
Intangibilidade Contratual Objetiva .....	205
G) Princípio da Intangibilidade Salarial .....	206

H) Princípio da Primazia da Realidade sobre a Forma .....	208
I) Princípio da Continuidade da Relação de Emprego .....	209
2. Princípios Justrabalistas Especiais Controvertidos .....	212
A) Princípio <i>in dubio pro operario</i> .....	212
B) Princípio do Maior Rendimento .....	214
VI. INDISPONIBILIDADE DE DIREITOS: RENÚNCIA E TRANSAÇÃO NO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO .....	216
1. Diferenciação de Figuras .....	216
2. Extensão da Indisponibilidade .....	217
3. Requisitos da Renúncia e Transação .....	219
A) Renúncia .....	219
B) Transação .....	220

**CAPÍTULO VII  
INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO  
DO DIREITO DO TRABALHO**

I. INTRODUÇÃO .....	222
II. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO .....	222
1. A Interpretação no Conhecimento Humano .....	222
2. A Interpretação no Direito .....	224
A) Interpretação na Fase de Construção da Norma .....	225
B) Interpretação do Direito Construído .....	225
3. Hermenêutica Jurídica .....	226
A) Distinções Relevantes .....	226
B) Função da Interpretação Jurídica .....	229
C) Tipologias da Interpretação Jurídica .....	231
a) Tipologia Segundo a Origem da Interpretação .....	231
b) Tipologia Segundo os Resultados da Interpretação .....	233
c) Tipologia Segundo os Métodos de Interpretação .....	233
D) Principais Métodos de Exegese do Direito .....	233
E) Sistemas Teóricos de Interpretação .....	236
a) Hermenêutica Tradicional .....	237
b) Escola Exegética Francesa .....	237
c) Escola Histórico-evolutiva .....	238
d) Escola da Interpretação Científica .....	238
e) Escola da Livre Investigação .....	238
f) Contraponto Avaliativo .....	239
F) Especificidade da Interpretação Justrabalista .....	239

III. INTEGRAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO .....	241
1. Conceituação .....	241
2. Tipos de Integração Jurídica .....	242
3. Procedimento Analógico .....	243
IV. APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO .....	244
1. Conceituação .....	244
2. Aplicação do Direito do Trabalho no Tempo .....	245
Princípio da Aderência Contratual .....	246
3. Aplicação do Direito do Trabalho no Espaço .....	248
<b>CAPÍTULO VIII</b>	
<b>PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO</b>	
I. INTRODUÇÃO .....	250
II. DISTINÇÕES CORRENTES .....	252
1. Decadência <i>versus</i> Prescrição .....	252
2. Preclusão <i>versus</i> Prescrição .....	253
3. Perempção <i>versus</i> Prescrição .....	254
III. A DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO .....	254
IV. CAUSAS IMPEDITIVAS, SUSPENSIVAS E INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO ..	256
1. Causas Impeditivas e Causas Suspensivas .....	256
2. Causas Interruptivas .....	257
V. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS IMPEDITIVAS E SUSPENSIVAS .....	258
1. Fatores Tipificados .....	258
Critério da <i>Actio Nata</i> .....	259
2. Outros Fatores Atuantes .....	260
VI. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS INTERRUPTIVAS .....	260
VII. NORMAS ESPECÍFICAS À PRESCRIÇÃO TRABALHISTA .....	262
1. Prazos Prescricionais .....	263
A) Prescrição nos Contratos Urbanos .....	263
B) Prescrição nos Contratos Rurais .....	265
a) Prazo Diferenciado (Antes da EC 28/2000) .....	265
b) Unificação de Prazos (EC 28/2000) .....	266
C) Prescrição nos Contratos Domésticos .....	267
D) Prescrição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço .....	269
E) Prescrição em Ações Meramente Declaratórias .....	271

2. Termo Inicial de Contagem da Prescrição .....	272
A) Parcelas Oriundas de Sentença Normativa .....	272
B) Parcelas de Complementação de Aposentadoria .....	272
C) Prescrição Total e Prescrição Parcial .....	275
3. Arguição da Prescrição: legitimidade e momento .....	276
A) Legitimidade para Arguição .....	276
B) Momento Próprio para Arguição .....	278
a) Arguição na Fase de Conhecimento .....	278
b) Arguição na Fase de Liquidação e Execução .....	279
4. Prescrição Intercorrente .....	280

**LIVRO II  
DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO**

**CAPÍTULO IX  
RELAÇÃO DE EMPREGO — CARACTERIZAÇÃO**

I. INTRODUÇÃO .....	285
Relação de Trabalho <i>versus</i> Relação de Emprego .....	285
II. CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO .....	287
1. Distinções na História do Direito .....	288
2. Critérios de Caracterização da Relação Empregatícia .....	289
A) Trabalho por Pessoa Física .....	291
B) Pessoaalidade .....	291
C) Não-eventualidade .....	293
a) Eventualidade <i>versus</i> Não-eventualidade: teorias .....	294
b) Trabalho Eventual: caracterização .....	297
D) Onerosidade .....	298
E) Subordinação .....	301
a) Conceito e Caracterização .....	302
b) Natureza da Subordinação .....	303
III. VALIDADE JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO: ELEMENTOS JURÍDICO-FORMAIS DO CONTRATO EMPREGATÍCIO .....	305
IV. NATUREZA JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO .....	307
1. Teorias Contratualistas Tradicionais .....	309
A) Teoria do Arrendamento .....	309
B) Teoria da Compra e Venda .....	310

C) Teoria do Mandato .....	311
D) Teoria da Sociedade .....	312
E) Contratualismo Tradicional: análise crítica .....	312
2. Teoria Contratualista Moderna .....	313
3. Teorias Acontratualistas .....	316
A) Teoria da Relação de Trabalho .....	316
B) Teoria Institucionalista .....	318
C) Acontratualismo: análise crítica .....	319

## CAPÍTULO X RELAÇÕES DE TRABALHO LATO SENSU

I. INTRODUÇÃO .....	321
II. EXCLUDENTE LEGAL DA FIGURA DO EMPREGADO — VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA .....	322
III. CONTRAPONTO ESTÁGIO <i>VERSUS</i> RELAÇÃO DE EMPREGO .....	323
1. Requisitos Formais .....	325
2. Requisitos Materiais .....	326
3. Estágio: avaliação crítica .....	327
IV. CONTRAPONTO COOPERATIVA <i>VERSUS</i> EMPREGADO .....	328
1. Princípio da Dupla Qualidade .....	329
2. Princípio da Retribuição Pessoal Diferenciada .....	330
V. TRABALHO AUTÔNOMO .....	334
1. Prestação de Serviços e Empreitada .....	336
2. Pacto Autônomo e Risco Contratual .....	337
3. Pequena Empreitada: especificidade .....	337
VI. TRABALHO EVENTUAL .....	339
VII. TRABALHO AVULSO .....	341
VIII. TRABALHO VOLUNTÁRIO .....	343

## CAPÍTULO XI O EMPREGADO

I. INTRODUÇÃO .....	347
Empregado e Conteúdo de sua Prestação Principal .....	347
II. EMPREGADOS DE FORMAÇÃO INTELLECTUAL: TRATAMENTO JUSTRABALHISTA .....	348
III. ALTOS EMPREGADOS: SITUAÇÕES ESPECÍFICAS E TRATAMENTO JUSTRABALHISTA .....	349
1. Cargos ou Funções de Confiança ou Gestão: regra geral .....	350
A) Art. 62 da CLT (Antes da Lei n. 8.966/94) .....	350



B) Art. 62 da CLT (Após a Lei n. 8.966/94) .....	352
C) Efeitos do Cargo de Confiança .....	353
2. Cargos ou Funções de Confiança: especificidade bancária .....	354
3. Diretores Empregados .....	356
A) Diretor Recrutado Externamente .....	357
Contraponto de Vertentes .....	359
B) Empregado Eleito Diretor .....	359
4. Socioempregado: hipóteses jurídicas .....	361
A) Incompatibilidade de Figuras .....	362
B) Assimilação de Figuras .....	362
C) Regra Geral: compatibilidade de figuras jurídicas .....	363
D) Sociedade como Simulação .....	363
IV. EMPREGADO DOMÉSTICO .....	364
1. Definição .....	364
2. Estrutura da Relação Empregatícia Doméstica .....	366
A) Elementos Fático-jurídicos Gerais .....	366
Relação de Emprego entre Cônjuges ou Companheiros .....	367
B) Elemento Fático-jurídico da Não-eventualidade .....	368
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais .....	370
a) Finalidade Não-lucrativa dos Serviços .....	370
b) Prestação Laboral à Pessoa ou Família .....	372
c) Âmbito Residencial de Prestação Laborativa .....	373
3. Direitos Trabalhistas Estendidos aos Domésticos .....	374
4. Parcelas Trabalhistas Controvertidas .....	376
A) Férias Anuais Remuneradas .....	376
B) Licença-paternidade e Licença-gestante .....	377
C) Garantia de Emprego à Gestante .....	378
V. EMPREGADO RURAL .....	379
1. Evolução Jurídica .....	379
A) Fase de Restrição de Direitos .....	380
B) Aproximação de Situações Jurídicas .....	380
C) Fase Contemporânea: diferenciações tópicas .....	381
Unificação do Prazo Prescricional .....	382

2. Caracterização do Empregado Rural .....	383
A) Antigo Critério Celetista .....	383
B) Critério Hoje Prevalente .....	384
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais .....	385
a) Enquadramento Rurícola do Empregador .....	385
b) Imóvel Rural ou Prédio Rústico .....	386
3. Caracterização do Empregador Rural .....	386

## **CAPÍTULO XII O EMPREGADOR**

I. INTRODUÇÃO .....	389
Definição da CLT: análise crítica .....	389
II. EMPREGADOR: CARACTERIZAÇÃO .....	391
1. Despersonalização .....	391
2. Assunção dos Riscos (Alteridade) .....	393
Atenuações do Risco Empresarial .....	394
3. Empresa e Estabelecimento .....	395
III. GRUPO ECONÔMICO PARA FINS JUSTRABALHISTAS .....	397
1. Definição .....	397
2. Objetivos da Figura .....	397
3. Caracterização do Grupo Econômico .....	398
A) Abrangência Objetiva .....	398
B) Abrangência Subjetiva .....	399
C) Nexos Relacionais Interempresas .....	400
4. Solidariedade Resultante do Grupo Econômico .....	402
A) Solidariedade Exclusivamente Passiva .....	402
B) Solidariedade Passiva e Ativa: empregador único .....	403
5. Aspectos Processuais .....	405
IV. SUCESSÃO DE EMPREGADORES .....	406
1. Definição e Denominação .....	406
2. Sucessão Trabalhista: caracterização .....	407
A) Situações-tipo Tradicionais de Sucessão .....	408
B) Situações-tipo Novas de Sucessão .....	409
3. Requisitos da Sucessão Trabalhista .....	410
A) Transferência de Unidade Econômico-jurídica .....	410

Título Jurídico da Transferência .....	412
B) Continuidade na Prestação Laborativa .....	413
C) Situações-tipo Novas de Sucessão: requisitos .....	414
4. Fundamentos da Sucessão Trabalhista .....	415
A) Fundamentação Doutrinária .....	415
B) Fundamentação Legal .....	416
5. Abrangência da Sucessão Trabalhista .....	416
6. Efeitos da Sucessão Trabalhista .....	418
A) Posição Jurídica do Sucessor Empresarial .....	418
Cláusula de Não-responsabilização .....	419
B) Posição Jurídica do Empregador Sucedido .....	420
C) Insurgência Obreira Contra a Sucessão .....	421
7. Natureza Jurídica da Sucessão Trabalhista .....	422
A) Figuras Civilistas Clássicas .....	423
B) Singularidade Trabalhista .....	424
V. CONSÓRCIO DE EMPREGADORES .....	425

### **CAPÍTULO XIII TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA**

I. INTRODUÇÃO .....	428
Evolução Histórica no Brasil .....	429
II. NORMATIVIDADE JURÍDICA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO .....	431
1. Legislação Heterônoma Estatal .....	432
A) Decreto-Lei n. 200/67 e Lei n. 5.645/70 .....	432
B) Lei n. 6.019/74 e Lei n. 7.102/83 .....	433
C) Parágrafo Único do art. 442, CLT — cooperativas .....	434
D) Outras Referências Legais .....	435
2. Jurisprudência Trabalhista .....	436
III. TERCEIRIZAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO E EFEITOS JURÍDICOS .....	438
1. Terceirização Lícita e Ilícita .....	438
A) Terceirização Lícita: situações-tipo .....	439
B) Ausência de Pessoalidade e Subordinação Diretas .....	441
C) Terceirização Ilícita .....	442
2. Efeitos Jurídicos da Terceirização .....	442
A) Vínculo com o Tomador de Serviços .....	442
B) Isonomia: salário equitativo .....	443

IV. ESPECIFICIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	445
V. TERCEIRIZAÇÃO ATRAVÉS DA LEI N. 6.019/74 .....	449
1. Trabalho Temporário: caracterização .....	449
2. Hipóteses de Pactuação .....	451
3. Formalidades e Prazos .....	452
4. Direitos da Categoria Temporária .....	453
5. Trabalho Temporário e Salário Equitativo .....	456
VI. TERCEIRIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE .....	456
Responsabilização de Entidades Estatais Terceirizantes .....	458
VII. ASPECTOS PROCESSUAIS .....	460
1. Competência .....	460
2. Litisconsórcio Passivo .....	461
VIII. UM RELEVANTE DEBATE: CONTROLE CIVILIZATÓRIO DA TERCEIRIZAÇÃO ..	461
1. Terceirização e Não-discriminação Remuneratória — salário equitativo ...	462
2. Terceirização e Responsabilidade Trabalhista .....	466
3. Terceirização e Atuação Sindical .....	468

#### **CAPÍTULO XIV RESPONSABILIDADE POR VERBAS TRABALHISTAS**

I. INTRODUÇÃO .....	471
II. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR E ENTES DO GRUPO ECONÔMICO ...	471
III. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO DA PESSOA JURÍDICA .....	473
IV. RESPONSABILIDADE PELO TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTROS TIPOS DE TERCEIRIZAÇÃO .....	476
V. RESPONSABILIDADE DO SUBEMPREENHEIRO .....	477
VI. RESPONSABILIDADE DO DONO DA OBRA (OU TOMADOR DE SERVIÇOS) ...	479
1. Situações de Não-responsabilização .....	480
2. Situações de Responsabilização .....	480
VII. RESPONSABILIDADE NOS CONSÓRCIOS DE EMPREGADORES .....	484

#### **CAPÍTULO XV CONTRATO DE TRABALHO — CARACTERIZAÇÃO, MORFOLOGIA E NULIDADES**

I. INTRODUÇÃO .....	488
II. ASPECTOS CONCEITUAIS DO CONTRATO DE TRABALHO .....	489
1. Definição .....	489
Definição da CLT: crítica .....	490

2. Denominação .....	490
3. Caracteres .....	492
III. MORFOLOGIA DO CONTRATO (ELEMENTOS CONSTITUTIVOS) .....	496
1. Elementos Essenciais (Jurídico-formais) do Contrato .....	498
A) Capacidade das Partes .....	498
B) Licitude do Objeto .....	501
C) Forma Regular ou Não Proibida .....	502
Forma e Prova .....	503
D) Hígidez de Manifestação da Vontade .....	504
2. Elementos Naturais do Contrato .....	505
3. Elementos Acidentais do Contrato: condição e termo .....	506
IV. VÍCIOS E DEFEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO — NULIDADES .....	507
1. Teoria Trabalhista de Nulidades .....	507
A) Aplicação Plena da Teoria Trabalhista .....	508
B) Aplicação Restrita da Teoria Trabalhista .....	509
C) Inaplicabilidade da Teoria Especial Trabalhista .....	511
2. Tipos de Nulidades .....	511
A) Nulidade Total e Parcial .....	511
B) Nulidade Absoluta e Relativa .....	512
3. Nulidade e Prescrição .....	513

## CAPÍTULO XVI CONTRATO DE TRABALHO — MODALIDADES

I. INTRODUÇÃO .....	514
II. CONTRATOS EXPRESSOS E CONTRATOS TÁCITOS .....	514
III. CONTRATOS INDIVIDUAIS E CONTRATOS PLÚRIMOS. A EXPRESSÃO CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO. CONTRATO DE EQUIPE .....	516
1. Distinções .....	516
2. A Expressão Contrato Coletivo de Trabalho .....	517
3. Contratos Plúrimos e de Equipe .....	518
IV. CONTRATOS POR TEMPO INDETERMINADO .....	519
1. Aspectos Gerais .....	519
2. Efeitos Específicos do Contrato por Tempo Indeterminado .....	520
A) Interrupção e Suspensão Contratuais .....	521
B) Estabilidade e Garantias de Emprego .....	521
C) Efeitos Rescisórios .....	521

V. CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO (A TERMO) .....	523
1. Hipóteses de Pactuação .....	524
2. Meios de Fixação do Termo Final .....	527
3. Prazos Legais .....	529
4. Prorrogação e Sucessividade Contratuais .....	529
5. Indeterminação Contratual Automática ("Novação") .....	530
6. Efeitos Rescisórios nos Contratos a Termo .....	532
7. Suspensão e Interrupção nos Contratos a Termo. Garantias de Emprego e Contratos a Termo .....	534
Acidente de Trabalho: exceção isolada .....	535
8. Contratos a Termo: forma e prova .....	536
9. O Tempo de Serviço nos Contratos a Termo .....	538

## CAPÍTULO XVII TIPOS DE CONTRATOS A TERMO

I. INTRODUÇÃO .....	541
II. TIPOS CLÁSSICOS DE CONTRATOS A TERMO .....	541
1. Contrato de Experiência .....	541
A) Caracterização .....	543
B) Efeitos Contratuais .....	544
C) Natureza Jurídica do Contrato de Experiência — A Figura do Período de Experiência .....	545
2. Contrato de Safra .....	548
3. Contrato de Obra Certa .....	550
4. Contrato por Temporada .....	552
III. NOVO PACTO A TERMO: O CONTRATO PROVISÓRIO DA LEI N. 9.601, DE 1998 ..	554
1. Celebração Contratual .....	555
A) Hipóteses de Pactuação .....	555
B) Requisitos do Contrato .....	555
2. Caracterização da Figura Jurídica .....	556
A) Denominação .....	557
B) Características Trabalhistas Comuns .....	559
a) Prazo de Duração .....	559
b) Meios de Fixação do Termo Final .....	559
c) Sucessividade Contratual .....	560
d) Tempo de Serviço ( <i>Accessio Temporis</i> ) .....	562

C) Características Trabalhistas Especiais .....	564
a) Pactuação do Contrato .....	565
b) Formalidade Contratual .....	565
c) Prorrogação Contratual .....	566
3. Extinção Contratual: efeitos jurídicos .....	568
Acidente do Trabalho: exceção rescisória .....	570
4. Direitos Trabalhistas Aplicáveis .....	571
A) Parcelas Comuns aos Demais Contratos .....	571
B) Parcelas Modificadas pela Lei n. 9.601/98 .....	572
C) Parcelas Trabalhistas Novas .....	573
D) Novo Contrato Provisório: limites à redução de direitos .....	573
5. Vantagens Tributárias e Creditícias Decorrentes .....	574
6. Lei n. 9.601, de 1998: reflexões complementares .....	575
A) Lei n. 9.601/98 e Desemprego .....	575
B) Lei n. 9.601/98 e Flexibilização Trabalhista .....	577
C) Lei n. 9.601/98 e Constituição da República .....	579
a) Incompatibilidades Globais .....	579
b) Incompatibilidades Tópicas .....	580

### CAPÍTULO XVIII

#### CONTRATO DE TRABALHO E CONTRATOS AFINS

I. INTRODUÇÃO .....	582
Contratos de Atividade .....	582
II. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ..	582
III. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE EMPREITADA .....	584
Pequena Empreitada na CLT .....	586
IV. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE MANDATO .....	587
V. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PARCERIA RURAL .....	589
VI. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE SOCIEDADE .....	591
VII. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMER- CIAL (OU AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO) .....	594
1. Representação Comercial ou Agência e Distribuição: dinâmica jurídica ...	594
A) Caracterização .....	594
B) Remuneração .....	595
C) Rescisão Contratual .....	595

2. Representação Mercantil ou Agência e Distribuição <i>versus</i> Contrato Empregatício: contrapontos .....	596
3. Empregado Vendedor: regras próprias .....	598
A) Comissões — estrutura e dinâmica jurídicas .....	599
a) Conceito e Natureza .....	599
b) Dinâmica Comissional .....	600
B) Pagamento da Comissão .....	601
C) Ultimação do Negócio — data presumida .....	601
D) Risco Concernente às Vendas .....	602
E) Inspeção e Fiscalização pelo Vendedor .....	602
F) Exclusividade de Zona de Trabalho .....	602
G) Cláusula “ <i>Star del Credere</i> ” .....	603

**CAPÍTULO XIX**  
**EFEITOS DOS CONTRATOS DE TRABALHO:**  
**PRÓPRIOS E CONEXOS**

I. INTRODUÇÃO .....	605
II. EFEITOS CONTRATUAIS PRÓPRIOS .....	606
1. Obrigações do Empregador .....	606
2. Obrigações do Empregado .....	606
3. Poder Empregatício como Efeito do Contrato .....	607
III. EFEITOS CONEXOS: DIREITOS INTELECTUAIS .....	607
1. Direitos Intelectuais: modalidades e natureza .....	608
Natureza Jurídica .....	608
2. Direitos da Propriedade Industrial e Contrato de Emprego .....	608
A) Trabalho Intelectual como Objeto do Contrato .....	609
B) Trabalho Intelectual sem Relação com o Contrato .....	610
C) Trabalho Intelectual Favorecido por Circunstâncias Contratuais .....	611
IV. EFEITOS CONEXOS: INDENIZAÇÕES POR DANOS SOFRIDOS PELO EMPREGADO .....	612
1. Indenização por Dano Moral ou à Imagem .....	613
2. Lesões Acidentárias: dano material, dano moral, dano estético .....	614
3. Responsabilidade Indenizatória: requisitos .....	617
A) Requisitos Clássicos .....	617
B) Objetivação da Responsabilidade .....	619



C) Atenuação ou Exclusão da Responsabilidade .....	620
4. Aferição do Dano Moral, Estético ou à Imagem e Respectivo Valor Indenizatório .....	621
A) Critérios Orientativos para a Aferição do Dano .....	621
B) Valor Indenizatório .....	623
5. Competência Judicial .....	625

## CAPÍTULO XX

### O PODER NO CONTRATO DE TRABALHO — DIRETIVO, REGULAMENTAR, FISCALIZATÓRIO, DISCIPLINAR

I. INTRODUÇÃO .....	628
II. PODER EMPREGATÍCIO: CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO .....	629
1. Conceituação .....	629
Poder Empregatício <i>versus</i> Poder Hierárquico .....	629
2. Caracterização .....	631
A) Poder Diretivo .....	631
B) Poder Regulamentar .....	632
Natureza dos Dispositivos Regulamentares .....	633
C) Poder Fiscalizatório .....	634
Limites ao Poder de Controle .....	634
D) Poder Disciplinar .....	636
III. FUNDAMENTOS DO PODER EMPREGATÍCIO .....	638
1. Fundamentos Doutrinários .....	638
A) Propriedade Privada .....	639
B) Institucionalismo .....	640
C) Delegação do Poder Público .....	641
D) Contrato .....	643
E) Uma Variante: a autonomia como fundamento jurídico .....	645
2. Fundamentos Legais .....	647
IV. NATUREZA JURÍDICA DO PODER EMPREGATÍCIO .....	648
1. Concepções Tradicionais .....	649
A) Direito Potestativo .....	649
B) Direito Subjetivo .....	650
C) <i>Status</i> Jurídico .....	651

D) Direito-função .....	653
Poder e Cidadania .....	655
2. Teoria da Relação Jurídica Contratual Complexa .....	656
Virtudes da Concepção Relacional .....	657
V. O PODER DISCIPLINAR .....	659
1. Fundamentos .....	660
A) Posição Negativista .....	660
B) Posição Autonomista .....	661
C) Vertente Intermediária .....	662
2. Infrações Características .....	663
A) Critérios de Caracterização .....	663
B) Infrações Obreiras Tipificadas .....	664
3. Penalidades Características .....	666
A) Modalidades Acolhidas .....	666
B) Modalidades Rejeitadas .....	668
4. Critério de Aplicação de Penalidades (Requisitos Incidentes) .....	670
A) Requisitos Objetivos .....	671
B) Requisitos Subjetivos .....	672
C) Requisitos Circunstanciais .....	673
5. Intervenção Judicial .....	677
6. Poder Disciplinar e Direito Obreiro de Resistência .....	679

## **CAPÍTULO XXI**

### **REMUNERAÇÃO E SALÁRIO**

I. INTRODUÇÃO .....	681
II. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO: DISTINÇÕES .....	681
1. Salário: definição .....	681
2. Remuneração: definição e distinções .....	682
Remuneração e Gorjetas .....	683
III. SALÁRIO: DENOMINAÇÕES .....	686
1. Denominações Impróprias .....	687
2. Denominações Próprias .....	690
IV. SALÁRIO: COMPOSIÇÃO E DISTINÇÕES .....	693
1. Composição do Salário (Parcelas Salariais) .....	693

2. Parcelas Salariais Dissimuladas .....	695
Diárias para Viagem e Ajudas de Custo .....	695
V. PARCELAS NÃO SALARIAIS .....	696
1. Classificação Segundo a Natureza Jurídica .....	697
2. Classificação Segundo a Origem (ou Devedor Principal) .....	704
VI. CARACTERES DO SALÁRIO .....	706
VII. CLASSIFICAÇÃO DO SALÁRIO .....	712
1. Tipologias Principais .....	712
2. Modos de Aferição Salarial: tipos de salário .....	714
A) Salário por Unidade de Tempo .....	714
B) Salário por Unidade de Obra .....	715
C) Salário-Tarefa .....	717
VIII. MEIOS DE PAGAMENTO SALARIAL: SALÁRIO-UTILIDADE .....	718
1. Caracterização do Salário-utilidade .....	718
A) Requisitos Essenciais .....	718
Excludentes do Salário-utilidade .....	719
B) O Papel da Onerosidade Unilateral da Utilidade .....	723
2. O Papel da Norma Jurídica Concessora da Utilidade .....	725
3. Rol de Utilidades Pertinentes .....	726
4. Repercussões da Utilidade no Contrato de Trabalho .....	726
A) Efeitos Contratuais da Utilidade Salarial .....	727
B) Valor da Utilidade no Contrato .....	728
5. Especificidades do Salário <i>In Natura</i> no Campo .....	730
IX. PARCELAS SALARIAIS: MODALIDADES ESPECIAIS DE SALÁRIOS .....	732
1. Salário Básico .....	732
2. Abono .....	733
3. Adicionais .....	735
4. Gratificações .....	738
5. 13º Salário .....	740
6. Comissões .....	742
Vendedores, Viajantes ou Pracistas .....	744
7. Prêmios .....	747
8. Outras Parcelas Salariais .....	749

**CAPÍTULO XXII**  
**SISTEMA DE GARANTIAS SALARIAIS**

I. INTRODUÇÃO .....	752
II. PROTEÇÕES JURÍDICAS QUANTO AO VALOR DO SALÁRIO .....	753
1. Irredutibilidade Salarial .....	754
2. Correção Salarial Automática .....	757
3. Patamar Salarial Mínimo Imperativo .....	760
A) Salário Mínimo Legal .....	760
B) Salário Profissional .....	761
C) Salário Normativo e Salário Convencional .....	762
III. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA ABUSOS DO EMPREGADOR .....	762
1. Critérios Legais de Pagamento Salarial: tempo, lugar, meios .....	764
A) Tempo de Pagamento .....	764
B) Lugar de Pagamento .....	765
C) Meios de Pagamento .....	766
2. Irredutibilidade Salarial .....	769
3. Intangibilidade Salarial: controle de descontos .....	769
A) Regra Geral de Intangibilidade .....	769
B) Descontos Salariais Autorizados .....	769
C) A Especificidade Rurícola no Tema dos Descontos .....	773
IV. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA DISCRIMINAÇÕES NA RELAÇÃO DE EMPREGO .....	773
1. Não-discriminação e Isonomia: distinções .....	774
2. Proteções Antidiscriminatórias Trabalhistas: linhas gerais .....	777
3. Constituição de 1988: importância na temática antidiscriminatória .....	777
4. Tradicionais Proteções Antidiscriminatórias .....	778
5. Novas Proteções Antidiscriminatórias a Contar de 1988 .....	780
A) Discriminação Contra a Mulher .....	780
B) Discriminação Contra Trabalhador Menor de 18 Anos .....	783
C) Discriminação Contra o Estrangeiro .....	785
D) Discriminação Contra o Portador de Deficiência .....	785
E) Discriminação em Função do Tipo de Trabalho .....	786
F) Isonomia com Respeito ao Trabalhador Avulso .....	787

6. Antidiscriminação e Equiparação de Salários .....	788
A) Requisitos da Equiparação Salarial .....	788
a) Identidade de Funções .....	789
b) Identidade de Empregador .....	790
c) Identidade de Localidade .....	791
d) Simultaneidade no Exercício Funcional .....	792
B) Outros Elementos de Relevância no Tema Equiparatório .....	792
a) Diferença de Perfeição Técnica .....	793
b) Diferença de Produtividade .....	794
Uma Particularidade: salário por unidade de obra .....	795
c) Diferença de Tempo de Serviço .....	795
d) Existência de Quadro de Carreira .....	795
e) Paradigma em Readaptação Funcional .....	796
C) Equiparação Salarial: ônus da prova .....	796
7. Antidiscriminação Salarial em Empresas com Quadro de Carreira .....	797
A) Requisitos do Quadro de Carreira .....	797
B) Proteções Antidiscriminatórias .....	799
8. Antidiscriminação e Substituição de Empregados .....	800
A) Diferenciação Relevante: substituição interina ou provisória e substituição meramente eventual .....	800
B) "Substituição Permanente": ocupação de cargo vago .....	801
9. Antidiscriminação e Terceirização Trabalhista .....	802
A) Trabalho Terceirizado Temporário .....	803
B) Trabalho Terceirizado Permanente .....	804
C) Terceirização e Discriminação: problemas e soluções no Direito .....	806
a) Terceirização Ilícita em Entidades Estatais .....	806
b) O Problema Discriminatório na Terceirização Lícita .....	808
V. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDORES DO EMPREGADOR .....	810
1. Proteção Jurídica Através da Responsabilidade Trabalhista .....	811
A) Direções da Responsabilidade Trabalhista .....	813
B) Antigas e Novas Situações Polêmicas .....	815
2. Proteção Jurídica na Concordata do Empregador .....	818
3. Proteção Jurídica na Falência do Empregador .....	819
Competência Judicial .....	821

4. Proteção Jurídica na Liquidação Extrajudicial do Empregador .....	822
VI. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDORES DO EMPREGADO .....	823
1. Impenhorabilidade do Salário .....	824
2. Restrições à Compensação .....	825
3. Critério de Correção Monetária .....	826
4. Inviabilidade da Cessão do Crédito Salarial .....	828
<b>CAPÍTULO XXIII</b>	
<b>DURAÇÃO DO TRABALHO — JORNADA</b>	
I. INTRODUÇÃO .....	830
1. Jornada e Salário .....	830
2. Jornada e Saúde no Trabalho .....	831
3. Jornada e Emprego .....	833
II. DISTINÇÕES RELEVANTES — DURAÇÃO, JORNADA, HORÁRIO .....	835
1. Duração do Trabalho .....	835
2. Jornada de Trabalho .....	835
3. Horário de Trabalho .....	836
III. COMPOSIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO .....	837
1. Critérios Básicos de Fixação da Jornada .....	837
A) Tempo Efetivamente Trabalhado .....	838
B) Tempo à Disposição .....	838
C) Tempo de Deslocamento .....	839
Tempo de Deslocamento — horas <i>in itinere</i> .....	840
2. Critérios Especiais de Fixação da Jornada .....	842
A) Tempo de Prontidão .....	842
B) Tempo de Sobreaviso .....	843
Tempo de Sobreaviso — BIPs e telefones celulares .....	844
C) Tempo Residual à Disposição .....	845
3. Jornada: tronco básico e componentes suplementares .....	846
A) Tronco Básico .....	846
B) Componentes Suplementares .....	846
IV. NATUREZA DAS NORMAS RELATIVAS À JORNADA: TRANSAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO .....	848
1. Natureza das Normas Relativas à Jornada .....	848
2. Transação e Flexibilização da Jornada: possibilidades e limites .....	849
A) Critérios Gerais Informativos .....	849

B) Flexibilização e Compensação de Jornada .....	854
a) Título Jurídico Autorizador (Até Lei n. 9.601/98) .....	854
b) Parâmetro Temporal Máximo (Até Lei n. 9.601/98) .....	859
c) Compensação Anual/Banco de Horas (Lei n. 9.601/98) .....	863
Dinâmica do Banco de Horas .....	867
d) Restrições ao Regime Compensatório .....	869
V. MODALIDADES DE JORNADA — O PROBLEMA DO CONTROLE .....	872
1. Modalidades de Jornada de Trabalho .....	872
2. Jornadas Controladas .....	873
3. Jornadas Não Controladas .....	874
4. Jornada Não Tipificada .....	876
VI. JORNADA PADRÃO DE TRABALHO .....	877
VII. JORNADAS ESPECIAIS DE TRABALHO .....	879
1. Caracterização das Jornadas Especiais .....	879
2. Categorias Específicas .....	880
3. Turnos Ininterruptos de Revezamento .....	881
A) Caracterização da Figura Jurídica .....	882
B) Efeitos Jurídicos do Art. 7º, XIV, CF/88 .....	884
4. Atividade Contínua de Digitação .....	885
VIII. JORNADA EXTRAORDINÁRIA .....	888
1. Caracterização da Jornada Extraordinária .....	888
A) Jornada Extraordinária e Jornada Suplementar .....	889
B) Prorrogações Regulares e Irregulares .....	891
2. Tipos de Jornadas Extraordinárias .....	892
A) Tipologia pela Causa da Prorrogação .....	892
a) Acordo de Prorrogação de Jornada .....	892
b) Regime de Compensação de Jornada .....	895
c) Prorrogação em Virtude de Força Maior .....	896
d) Prorrogação em Virtude de Serviços Inadiáveis .....	898
e) Prorrogação para Reposição de Paralisações Empresariais .....	899
B) Tipologia pelo Título Jurídico Autorizador da Prorrogação .....	901
C) Tipologia pelo Tempo Lícito de Prorrogação .....	903
3. Efeitos da Jornada Extraordinária .....	905

IX. TRABALHO EM TEMPO PARCIAL .....	906
1. Trabalho em Regime de Tempo Parcial: tipificação .....	907
2. Efeitos do Regime de Tempo Parcial .....	909
3. Alteração Contratual para o Regime de Tempo Parcial .....	910
X. JORNADA NOTURNA .....	911
1. Parâmetros da Jornada Noturna .....	912
2. Efeitos Jurídicos da Jornada Noturna .....	913
3. Restrições ao Trabalho Noturno .....	915

**CAPÍTULO XXIV**  
**PERÍODOS DE DESCANSO: INTERVALOS,**  
**REPOUSO SEMANAL E EM FERIADOS**

I. INTRODUÇÃO .....	916
II. INTERVALOS TRABALHISTAS: ANÁLISE JURÍDICA .....	917
1. Relevância dos Intervalos Trabalhistas .....	917
A) Intervalos e Saúde no Trabalho .....	917
B) Transação e Flexibilização dos Intervalos: possibilidades e limites ....	919
2. Modalidades de Intervalos Trabalhistas .....	922
3. Intervalos Intraornadas: caracterização e efeitos jurídicos .....	923
A) Objetivos dos Intervalos Intraornadas .....	923
B) Classificação dos Intervalos Intraornadas .....	924
a) Intervalos Comuns e Especiais .....	924
b) Intervalos Remunerados e Não Remunerados .....	925
Quadro de Intervalos Intraornadas .....	926
C) Intervalos Intraornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito ...	927
a) Desrespeito a Intervalo Remunerado .....	927
b) Desrespeito a Intervalo Não Remunerado .....	927
D) Intervalos Intraornadas: outras regras aplicáveis .....	929
3. Intervalos Interornadas: caracterização e efeitos jurídicos .....	930
A) Objetivos dos Intervalos Interornadas .....	930
B) Classificação dos Intervalos Interornadas .....	931
a) Intervalos Interornadas e Intersemanais .....	931
b) Intervalos Comuns e Especiais .....	932
c) Intervalos Remunerados e Não Remunerados .....	933
Quadro de Intervalos Interornadas .....	933
C) Intervalos Interornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito ...	934
a) Desrespeito ao Intervalo Interornadas .....	934
b) Desrespeito ao Intervalo Intersemanal .....	935



<b>III. DESCANSO SEMANAL E EM FERIADOS: ANÁLISE JURÍDICA</b> .....	935
1. Aproximação das Figuras Jurídicas .....	935
2. Normatização Aplicável .....	936
3. Descanso Semanal: caracterização e efeitos jurídicos .....	938
A) Caracterização do Descanso Semanal .....	938
a) Lapso Temporal .....	938
b) Ocorrência Semanal do Descanso .....	939
c) Coincidência Preferencial com o Domingo .....	940
d) Imperatividade do Descanso Semanal .....	942
B) Remuneração do Descanso Semanal .....	942
a) Requisitos da Remuneração .....	942
b) Valor da Remuneração .....	943
c) Remuneração do Dia de Descanso Efetivamente Trabalhado .....	944
4. Descanso em Feriados: caracterização, especificidades e efeitos jurídicos ...	945
A) Tipos de Feriados .....	946
a) Feriados Cíveis e Religiosos .....	946
a.1) Feriados Cíveis .....	946
a.2) Feriados Religiosos .....	948
b) Feriados Nacionais, Regionais e Locais .....	948

## CAPÍTULO XXV

### PERÍODOS DE DESCANSO: FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS

<b>I. INTRODUÇÃO</b> .....	949
1. Objetivos das Férias .....	949
2. Normatização Aplicável .....	950
<b>II. CARACTERIZAÇÃO</b> .....	951
<b>III. AQUISIÇÃO DAS FÉRIAS E SUA DURAÇÃO</b> .....	954
1. Aquisição do Direito a Férias (Período Aquisitivo) .....	955
2. Fatores Prejudiciais à Aquisição das Férias .....	955
Situações Especiais .....	956
3. Duração das Férias Adquiridas .....	957
A) Duração Genérica das Férias .....	957
B) Duração em Contratos de Tempo Parcial .....	958
Restrições Específicas .....	960
C) Duração em Contratos Domésticos .....	961

IV. CONCESSÃO E GOZO DAS FÉRIAS .....	963
1. Concessão Regular das Férias (Período Concessivo) .....	963
Época de Concessão .....	967
2. Concessão Extemporânea das Férias .....	968
V. FÉRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS .....	969
1. Férias Individuais: procedimentos concessivos .....	969
2. Férias Coletivas: especificidades e procedimentos concessivos .....	970
A) Caracterização das Férias Coletivas .....	970
B) Procedimentos Concessivos .....	971
VI. REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS .....	972
1. Cálculo da Remuneração .....	973
A) Cálculo Salarial .....	973
B) Parcelas Integradas .....	974
C) Parcelas Não Integradas .....	974
2. Remuneração Simples .....	974
3. Remuneração Dobrada .....	975
Natureza Jurídica da Dobra .....	976
4. Terço Constitucional de Férias .....	976
5. Conversão Pecuniária das Férias (Abono Pecuniário) .....	978
VII. FÉRIAS E EXTINÇÃO DO CONTRATO: EFEITOS .....	980
1. Férias Vencidas e Extinção Contratual .....	981
2. Férias Simples e Extinção Contratual .....	981
3. Férias Proporcionais e Extinção Contratual .....	982
VIII. NATUREZA JURÍDICA DAS FÉRIAS .....	984
IX. PRESCRIÇÃO: REGRAS APLICÁVEIS .....	986
1. Contagem em Função do Término do Período Concessivo .....	987
2. Contagem em Função do Término do Contrato de Trabalho .....	987

## **CAPÍTULO XXVI**

### **FORMAÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO**

I. INTRODUÇÃO .....	989
II. FORMAÇÃO CONTRATUAL TRABALHISTA .....	989
III. FORMAÇÃO DO CONTRATO: MOMENTO E LOCAL .....	990
1. Policitação e Formação Contratual .....	991
2. Formação Contratual e Competência Judicial Trabalhista .....	991

IV. FORMAÇÃO CONTRATUAL: PROBLEMAS DO PRÉ-CONTRATO .....	992
V. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS TRABALHISTAS: SUBJETIVA E OBJETIVAS ..	995
1. Alterações Contratuais Subjetivas .....	995
2. Alterações Contratuais Objetivas .....	996
VI. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: CLASSIFICAÇÃO .....	996
1. Classificação Segundo a Origem .....	997
2. Classificação Segundo a Obrigatoriedade .....	997
3. Classificação Segundo o Objeto .....	998
4. Classificação Segundo os Efeitos .....	998
VII. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: PRINCÍPIOS APLICÁVEIS .....	999
1. Princípios Aplicáveis .....	999
A) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva .....	1000
B) Princípio do Direito de Resistência Obreiro .....	1003
C) Diretriz do <i>Jus Variandi</i> Empresarial .....	1003
2. Princípios Informativos: contradição aparente e compatibilização .....	1005
3. Critérios Autorizativos do <i>Jus Variandi</i> Empresarial .....	1006
VIII. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUALITATIVO .....	1009
1. Conceituação .....	1009
2. Alteração de Função .....	1009
A) Conceito e Distinções .....	1009
B) Regras Aplicáveis .....	1010
Compatibilização Normativa .....	1012
C) Alterações Funcionais Favoráveis e Desfavoráveis .....	1013
D) Alterações Funcionais Lícitas .....	1014
a) Situações Excepcionais ou de Emergência .....	1014
b) Substituição Temporária .....	1014
c) Destituição do Cargo ou Função de Confiança .....	1015
Reversão/Retrocessão/Rebaixamento .....	1016
d) Extinção do Cargo ou Função .....	1017
e) Alteração de PCS ou Quadro de Carreira .....	1017
f) Readaptação Funcional por Causa Previdenciária .....	1018
g) Promoção ou Remoção .....	1019
IX. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUANTITATIVO .....	1020
1. Conceito e Modalidades .....	1020
2. Alteração da Duração do Trabalho: modalidades .....	1020

A) Alterações Ampliativas da Duração do Trabalho .....	1021
a) Classificação das Alterações Ampliativas Lícitas .....	1021
a.1) Causa da Prorrogação .....	1021
a.2) Título Jurídico da Prorrogação .....	1023
a.3) Tipologia pelo Tempo Lícito de Prorrogação .....	1025
b) Prorrogações Realizadas Irregularmente .....	1027
c) Efeitos Jurídicos do Trabalho Extraordinário .....	1027
B) Alterações Redutoras da Duração do Trabalho .....	1028
C) Alterações de Horário de Trabalho .....	1031
3. Alteração de Salário: modalidades .....	1032
A) Elevações Salariais .....	1032
B) Reduções Salariais .....	1032
a) Redução Salarial Direta .....	1032
a.1) Redução Nominal de Salários .....	1032
a.2) Redução Real de Salários .....	1034
b) Redução Salarial Indireta .....	1034
X. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO CIRCUNSTANCIAL .....	1035
1. Conceituação .....	1035
2. Alteração do Local de Trabalho no País .....	1035
A) Distinções .....	1036
a) Remoções Relevantes e Não Relevantes .....	1036
b) Remoções Lícitas e Remoções Ilícitas .....	1037
B) Efeitos da Remoção/Transferência .....	1038
C) Adicional de Transferência .....	1039
a) Pontos Consensuais .....	1039
b) Critérios de Incidência do Adicional .....	1040
c) Adicional: valor e repercussões contratuais .....	1041
D) Ajuda de Custo por Transferência .....	1042
E) Empregados Intransferíveis .....	1042
a) Empregados Estáveis e Dirigentes Sindicais .....	1043
b) Outros Obreiros Relativamente Protegidos .....	1044
3. Transferência Obreira para o Exterior .....	1046
A) Inviabilidade do <i>Jus Variandi</i> .....	1046
B) Diploma Especial: Lei n. 7.064/82 .....	1046

a) Critérios e Direitos da Lei n. 7.064 .....	1046
b) Aplicação Analógica da Lei n. 7.064 .....	1047

## CAPÍTULO XXVII

### INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO .....	1050
II. CONCEITO E DENOMINAÇÕES .....	1050
1. Conceituação .....	1050
2. Denominações .....	1051
III. DISTINÇÕES RELEVANTES .....	1052
1. Interrupção e Suspensão: críticas à tipologia celetista .....	1052
2. Distinções Existentes .....	1054
A) Suspensão: características .....	1054
B) Interrupção: características .....	1055
IV. SUSPENSÃO — CASOS TIPIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS .....	1056
1. Suspensão por Motivo Alheio à Vontade Obreira .....	1056
Atenuação de Efeitos Jurídicos .....	1057
2. Suspensão por Motivo Lícito Atribuível ao Empregado .....	1057
3. Suspensão por Motivo Ilícito Atribuível ao Empregado .....	1058
4. Suspensão: efeitos jurídicos .....	1059
A) Efeitos Contratuais da Suspensão .....	1059
a) Suspensão e Justa Causa .....	1060
b) Suspensão e Pedido de Demissão .....	1060
B) Prazo para Retorno após Suspensão .....	1061
V. INTERRUPÇÃO — CASOS TIPIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS .....	1062
1. Casos de Interrupção Contratual .....	1062
2. Interrupção: efeitos jurídicos .....	1064
A) Efeitos Contratuais da Interrupção .....	1064
B) Prazo para Retorno após a Interrupção .....	1065
VI. INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO: SITUAÇÕES CONTROVERTIDAS .....	1066
1. Serviço Militar .....	1067
2. Acidente do Trabalho ou Doença Profissional .....	1069
3. Afastamento Maternidade .....	1071
A) Aspectos Legais .....	1071
B) Enquadramento Jurídico .....	1072
4. Encargos Públicos .....	1074

VII. CASOS EM DESTAQUE — SUSPENSÃO DISCIPLINAR E SUSPENSÃO PARA INQUÉRITO .....	1075
1. Suspensão Disciplinar .....	1075
A) Natureza Jurídica .....	1075
B) Critérios de Aplicação da Pena Suspensiva .....	1075
C) Limites à Penalidade .....	1076
D) Dosagem Judicial da Suspensão: debate .....	1076
2. Suspensão para Inquérito .....	1078
A) Cabimento da Figura .....	1078
B) Natureza Jurídica .....	1079
C) Prazos Legais .....	1080
D) Efeitos da Sentença do Inquérito .....	1081
E) Suspensão Preventiva e Reintegração Liminar .....	1082
VIII. NOVO CASO EM DESTAQUE: SUSPENSÃO PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO EMPREGADO .....	1083
1. Requisitos da Nova Hipótese Suspensiva .....	1083
Desrespeito aos Requisitos Legais .....	1084
2. Prazo Legal .....	1085
3. Efeitos da Suspensão Contratual .....	1085
A) Bolsa de Qualificação Profissional .....	1086
B) Parcelas Devidas pelo Empregador ao Obreiro Afastado .....	1087
C) Ruptura Contratual .....	1087
Desestímulo Rescisório .....	1088
IX. INTERRUÇÃO E SUSPENSÃO NOS CONTRATOS A TERMO .....	1089
1. Regência Normativa Especial dos Contratos a Termo .....	1089
A) Extinção Peremptória do Contrato .....	1089
B) Extinção Contratual Prorrogada .....	1091
C) Resgate do Prazo de Afastamento .....	1091
2. Afastamento Acidentário e Contratos a Termo: exceção configurada .....	1092

**CAPÍTULO XXVIII**  
**TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO**  
**— MODALIDADES E EFEITOS**

I. INTRODUÇÃO .....	1094
II. EXTINÇÃO CONTRATUAL — PRINCÍPIOS APLICÁVEIS .....	1095
1. Princípio da Continuidade da Relação de Emprego .....	1096

2. Princípio das Presunções Favoráveis ao Trabalhador .....	1099
3. Princípio da Norma mais Favorável .....	1100
III. RESTRIÇÕES À EXTINÇÃO CONTRATUAL .....	1101
1. Restrições a Contratos a Termo .....	1102
2. Estabilidade e Garantias de Emprego .....	1103
3. Interrupção e Suspensão Contratuais .....	1105
4. Motivação da Dispensa pelo Empregador .....	1106
IV. EXTINÇÃO CONTRATUAL — EVOLUÇÃO JURÍDICA NO BRASIL .....	1108
1. Antigo Modelo Jurídico Celetista .....	1109
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho .....	1110
3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho .....	1112
A) Universalização do FGTS e Revogação do Sistema Celetista .....	1112
B) Restrição à Dispensa Arbitrária ou Sem Justa Causa .....	1113
V. MODALIDADES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL: TIPOLOGIAS .....	1116
1. Classificação Civilista: modos normal e anormal de extinção .....	1116
2. Classificação Segundo as Causas de Extinção .....	1119
3. Outra Classificação: resilição, resolução e rescisão do contrato .....	1121
VI. EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL .....	1123
1. Extinção dos Contrato por Tempo Determinado .....	1123
A) Extinção Normal .....	1123
B) Extinção Anormal .....	1124
a) Dispensa Antecipada por Ato Empresarial .....	1124
b) Pedido de Demissão Antecipado pelo Obreiro .....	1126
2. Extinção dos Contratos por Tempo Indeterminado .....	1127
A) Modalidades Extintivas e Parcelas Rescisórias .....	1128
a) Dispensa arbitrária ( <i>ou</i> despedida sem justa causa <i>ou</i> , ainda, dispensa desmotivada) .....	1128
b) Pedido de demissão pelo obreiro .....	1130
c) Distrato .....	1130
d) Dispensa por justa causa operária .....	1131
e) Dispensa por infração empresarial (rescisão indireta) .....	1131
f) Ruptura por culpa recíproca .....	1132
g) Extinção da empresa ou do estabelecimento .....	1132
h) Morte do empregado ou do empregador-pessoa natural .....	1134

B) Outros Pagamentos Rescisórios .....	1136
3. Penalidades Relativas ao Pagamento Rescisório .....	1137
A) Pena do Art. 477, da CLT .....	1137
B) Pena do Art. 467, da CLT .....	1138
Entidades Estatais: exclusão da pena .....	1139
VII. FORMALIDADES RESCISÓRIAS .....	1140
1. Capacidade do Empregado .....	1141
2. Homologação Rescisória: formalidades e assistência .....	1142
3. Rescisão via Comissões de Conciliação Prévia .....	1144
A) Problemas no Enquadramento Jurídico da Nova Figura .....	1145
B) Formalidades e Poderes Rescisórios .....	1146
<b>CAPÍTULO XXIX</b>	
<b>TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO LÍCITO DAS PARTES: DISPENSA SEM JUSTA CAUSA E DISPENSA MOTIVADA, MAS SEM CULPA OBREIRA. PEDIDO DE DEMISSÃO PELO EMPREGADO. O INSTITUTO DO AVISO PRÉVIO</b>	
I. INTRODUÇÃO .....	1148
II. TÉRMINO CONTRATUAL POR ATO LÍCITO DAS PARTES — RESILIÇÃO UNILATERAL: NATUREZA JURÍDICA .....	1149
III. RESILIÇÃO POR ATO EMPRESARIAL — DISPENSA INJUSTA .....	1151
1. Modalidades de Despedidas .....	1152
A) Classificação conforme a Motivação da Dispensa .....	1152
B) Despedidas Individuais e Coletivas .....	1153
2. Aspectos Próprios à Despedida Injusta .....	1154
3. Limitações à Dispensa Injusta .....	1156
A) Causas Restritivas .....	1156
B) Efeitos da Dispensa Irregular .....	1160
IV. DISPENSA MOTIVADA POR FATORES TÉCNICOS, ECONÔMICOS OU FINANCEIROS .....	1164
V. RESILIÇÃO POR ATO OBREIRO — PEDIDO DE DEMISSÃO .....	1167
VI. RESILIÇÃO BILATERAL — DISTRATO TRABALHISTA .....	1169
VII. O AVISO PRÉVIO NAS RUPTURAS CONTRATUAIS .....	1170
1. Conceito e Natureza Jurídica .....	1170
2. Cabimento do Aviso Prévio .....	1172
3. Prazos, Tipos e Efeitos .....	1173
A) Prazos do Aviso Prévio .....	1173



BSS+ B) Tipos de Aviso Prévio .....	1174
BSS+ C) Efeitos do Aviso Prévio .....	1175
<b>CAPÍTULO XXX</b>	
<b>TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADO: DISPENSA POR JUSTA CAUSA</b>	
I. INTRODUÇÃO .....	1178
II. CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES TRABALHISTAS: SISTEMAS PERTI- NENTES .....	1178
BSS+ III. JUSTA CAUSA E FALTA GRAVE: CONCEITO E DIFERENCIAÇÃO .....	1180
IV. INFRAÇÕES OBREIRAS: CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES .....	1182
1. Requisitos Objetivos .....	1183
2. Requisitos Subjetivos .....	1185
3. Requisitos Circunstanciais .....	1186
V. INFRAÇÕES OBREIRAS TIPIFICADAS: JUSTAS CAUSAS .....	1190
1. Infrações do Art. 482 da CLT .....	1190
2. Outras Infrações Obreiras Tipificadas .....	1201
VI. PUNIÇÕES TRABALHISTAS .....	1204
1. Penalidades Acolhidas .....	1204
2. Penalidades Rejeitadas .....	1207
<b>CAPÍTULO XXXI</b>	
<b>TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADOR: RESCISÃO INDIRETA</b>	
I. INTRODUÇÃO .....	1209
II. INFRAÇÃO EMPRESARIAL — APROXIMAÇÕES E ESPECIFICIDADES EM FACE DA JUSTA CAUSA OBREIRA .....	1209
1. Requisitos Objetivos .....	1210
2. Requisitos Subjetivos .....	1211
3. Requisitos Circunstanciais .....	1212
III. FIGURAS DE INFRAÇÃO EMPRESARIAL .....	1215
IV. PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À RESCISÃO INDIRETA .....	1220
1. Ação Trabalhista com Pleito de Rescisão Indireta .....	1220
2. Rescisão Indireta e Afastamento do Empregado do Trabalho .....	1222
A) Afastamento do Trabalho: possibilidade jurídica .....	1222
B) Afastamento Laborativo e Improcedência do Pedido: efeitos jurídicos .....	1224
VI. SITUAÇÕES ESPECIAIS DE TÉRMINO CONTRATUAL PREVISTAS NO ART. 483 DA CLT .....	1226

1. Desempenho de Obrigações Legais Incompatíveis .....	1226
2. Morte do Empregador Constituído em Firma Individual .....	1227
VI. TÉRMINO CONTRATUAL POR CULPA RECÍPROCA DAS PARTES .....	1228
VII. RESOLUÇÃO CONTRATUAL CULPOSA E CONTRATOS DOMÉSTICOS .....	1229

**CAPÍTULO XXXII**  
**ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO.**  
**INDENIZAÇÕES RESCISÓRIAS — FGTS**

I. INTRODUÇÃO .....	1231
II. AS ANTIGAS ESTABILIDADE E INDENIZAÇÃO CELETISTAS E O REGIME DO FGTS .....	1232
1. Antigo Modelo Jurídico Celetista .....	1233
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho .....	1235
3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho .....	1237
A) Universalização do FGTS e Revogação do Sistema Celetista .....	1237
B) Restrição à Dispensa Arbitrária ou Sem Justa Causa .....	1238
III. ESTABILIDADE NO EMPREGO .....	1241
1. Estabilidade Celetista .....	1242
2. Estabilidade do Art. 19 do ADCT da Constituição de 1988 .....	1243
3. Estabilidade do Art. 41 da Constituição de 1988 .....	1244
4. Estabilidade Advinda de Ato Empresarial .....	1246
IV. GARANTIAS DE EMPREGO (ESTABILIDADES PROVISÓRIAS) .....	1247
1. Estabilidades Provisórias de Origem Constitucional .....	1249
A) Imunidade Sindical .....	1249
B) Dirigente de CIPA e Mulher Gestante .....	1251
2. Estabilidades Provisórias de Origem Legal .....	1253
V. ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO: CONSEQÜÊNCIAS JURÍDICAS DA DISPENSA IRREGULAR .....	1255
Peculiaridade do Dirigente de CIPA .....	1258
VI. INDENIZAÇÕES POR TEMPO DE SERVIÇO OU RUPTURA CONTRATUAL .....	1260
1. Antiga Indenização Rescisória e por Tempo de Serviço .....	1260
2. Outras Indenizações Rescisórias .....	1263
A) Indenizações Rescisórias em Contratos a Termo .....	1263
B) Indenização por Dispensa Injusta no Trintídio Anterior à Data-base ...	1265
VII. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO .....	1265
1. Características do FGTS .....	1266

A) Recolhimentos de FGTS .....	1266
B) Abrangência do FGTS .....	1268
C) Saque do FGTS e Acréscimo Rescisório .....	1269
2. O FGTS como Fundo Social com Destinação Variada .....	1272
Natureza Jurídica .....	1272

**LIVRO III  
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO**

**CAPÍTULO XXXIII  
DIREITO COLETIVO: ASPECTOS GERAIS**

I. INTRODUÇÃO .....	1277
II. DENOMINAÇÃO .....	1278
1. Denominações Arcaicas .....	1278
2. Denominações Atuais .....	1280
A) Direito Coletivo do Trabalho .....	1280
B) Direito Sindical .....	1280
C) Direito Social .....	1281
III. DEFINIÇÃO .....	1281
IV. CONTEÚDO .....	1282
V. FUNÇÃO .....	1284
1. Funções Justrabalhistas Gerais .....	1285
Extensão ao Direito Coletivo .....	1287
2. Funções Juscoletivas Específicas .....	1289
VI. CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO E SUA RESOLUÇÃO .....	1291
1. Modalidades de Conflitos Coletivos .....	1291
2. Modalidades de Resolução de Conflitos Coletivos .....	1292
Uma Fórmula Controvertida: dissídio coletivo .....	1293
VII. O PROBLEMA DA AUTONOMIA DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO .....	1295

**CAPÍTULO XXXIV  
PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO  
COLETIVO DO TRABALHO**

I. INTRODUÇÃO .....	1299
II. PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO COLETIVO — TIPOLOGIA .....	1300
Tipologia de Princípios .....	1301
III. PRINCÍPIOS ASSECURATÓRIOS DA EXISTÊNCIA DO SER COLETIVO OBREIRO ...	1302
1. Princípio da Liberdade Associativa e Sindical .....	1303

A) Cláusulas de Sindicalização Forçada .....	1305
B) Práticas Anti-sindicais .....	1306
C) Garantias à Atuação Sindical .....	1307
2. Princípio da Autonomia Sindical .....	1309
IV. PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE OS SERES COLETIVOS TRABALHISTAS .....	1312
1. Princípio da Interveniência Sindical na Normatização Coletiva .....	1312
2. Princípio da Equivalência dos Contratantes Coletivos .....	1313
3. Princípio da Lealdade e Transparência na Negociação Coletiva .....	1316
V. PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE NORMAS COLETIVAS NEGOCIADAS E NORMAS ESTATAIS .....	1317
1. Princípio da Criatividade Jurídica da Negociação Coletiva .....	1317
2. Princípio da Adequação Setorial Negociada .....	1319
<b>CAPÍTULO XXXV</b>	
<b>DIREITO COLETIVO E SINDICATO</b>	
I. INTRODUÇÃO .....	1322
II. DEFINIÇÃO .....	1323
III. SISTEMAS SINDICAIS .....	1324
1. Critérios de Agregação dos Trabalhadores no Sindicato .....	1325
2. Unicidade <i>versus</i> Pluralidade. A Unidade Sindical .....	1329
A) Unicidade no Brasil: modelo tradicional .....	1330
B) A Posição da Constituição de 1988 .....	1331
C) Liberdade Sindical no Brasil: requisitos .....	1331
Garantias à Atuação Sindical .....	1331
IV. ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA ATUAL .....	1333
1. Estrutura Sindical .....	1335
A) Estrutura Externa .....	1335
B) Estrutura e Funcionamento Internos .....	1336
2. Registro Sindical .....	1337
3. Funções, Prerrogativas e Receitas Sindicais .....	1338
A) Funções e Prerrogativas .....	1338
B) Receitas Sindicais .....	1341
V. GARANTIAS SINDICAIS .....	1343
1. Garantia Provisória de Emprego .....	1343

2. Inamovibilidade do Dirigente Sindical .....	1346
3. Garantias Oriundas de Normas da OIT .....	1346
<b>VI. NATUREZA JURÍDICA DO SINDICATO .....</b>	<b>1348</b>
<b>VII. SINDICATO: RETROSPECTIVA HISTÓRICA .....</b>	<b>1350</b>
1. Evolução Sindical nos Países de Capitalismo Central .....	1352
Autoritarismo e Refluxo Sindical .....	1355
2. Evolução Sindical no Brasil .....	1356
A) Período Inicial do Sindicalismo Brasileiro .....	1356
B) 1930: implantação e reprodução de modelo sindical .....	1358
Continuidade do Modelo nas Décadas Subseqüentes .....	1361
C) Constituição de 1988: mudança e continuidade .....	1362
a) Avanços Democráticos .....	1363
Carta de Direitos .....	1364
b) Contradições Antidemocráticas .....	1365
D) Novo Modelo Sindical: democratização com garantias legais .....	1366

**CAPÍTULO XXXVI**  
**NEGOCIAÇÃO COLETIVA TRABALHISTA**

<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1368</b>
<b>II. IMPORTÂNCIA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA .....</b>	<b>1370</b>
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalistas Democráticos .....	1371
A) Normatização Autônoma e Privatística .....	1371
B) Normatização Privatística Subordinada .....	1372
2. Parâmetros do Modelo Justrabalista Autoritário .....	1373
3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares .....	1374
<b>III. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS — CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVOS DE TRABALHO .....</b>	<b>1375</b>
1. Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: definição .....	1376
2. Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: distinções .....	1378
<b>IV. CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVOS DE TRABALHO — ASPECTOS CARACTERÍSTICOS .....</b>	<b>1379</b>
1. CCT e ACT: normatização aplicável .....	1379
2. CCT e ACT: caracterização .....	1382
A) Legitimação .....	1382
B) Conteúdo .....	1383
C) Forma .....	1384

D) Vigência .....	1385
E) Duração .....	1386
F) Prorrogação, Revisão, Denúncia, Revogação, Extensão .....	1386
V. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS — CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO .....	1387
1. Denominação: dubiedades .....	1387
2. Caracterização .....	1388
VI. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS: EFEITOS JURÍDICOS .....	1389
1. Regras Coletivas Negociadas e Regras Estatais: hierarquia .....	1390
A) Hierarquia Normativa: teoria geral .....	1390
B) Hierarquia Normativa: especificidade justabalhista .....	1391
Acumulação <i>Versus</i> Conglobamento .....	1392
2. Regras de Convenção e Acordo Coletivos: hierarquia .....	1395
3. Regras Negociais Coletivas e Contrato de Trabalho: relações .....	1396
VII. NEGOCIAÇÃO COLETIVA — POSSIBILIDADES E LIMITES .....	1398
VIII. DIPLOMAS COLETIVOS NEGOCIADOS: NATUREZA JURÍDICA .....	1401
1. Teorias Explicativas Tradicionais .....	1402
2. Contrato Social Normativo .....	1403

## CAPÍTULO XXXVII A GREVE NO DIREITO COLETIVO

I. INTRODUÇÃO .....	1405
II. LOCAUTE .....	1406
1. Caracterização .....	1407
2. Distinções .....	1408
3. Regência Jurídica .....	1409
4. Efeitos Jurídicos .....	1411
III. O INSTITUTO DA GREVE .....	1412
1. Caracterização .....	1412
A) Caráter Coletivo do Movimento .....	1412
B) Sustação de Atividades Contratuais .....	1413
C) Exercício Coercitivo Coletivo e Direito .....	1414
D) Objetivos da Greve .....	1415
E) Enquadramento Variável de seu Prazo de Duração .....	1416
2. Distinções .....	1417
A) Figuras Próximas ou Associadas .....	1418

B) Formas de Pressão Social .....	1419
C) Condutas Ilícitas de Pressão .....	1420
3. Extensão e Limites .....	1420
A) Extensão do Direito .....	1420
B) Limitações ao Direito .....	1422
4. Requisitos .....	1424
5. Direitos e Deveres dos Grevistas .....	1425
A) Direitos dos Grevistas .....	1425
B) Deveres dos Grevistas .....	1426
6. Uma Especificidade: greve e serviço público .....	1426
Eficácia de Regra Constitucional: permanência de um debate .....	1428
a) Vertente Tradicional .....	1429
b) Vertente Moderna .....	1430
7. Greve: natureza jurídica e fundamentos .....	1434
A) Natureza Jurídica .....	1434
Outras Concepções .....	1436
B) Fundamentos .....	1438
8. Greve: retrospectiva histórico-jurídica .....	1438

### **CAPÍTULO XXXVIII**

#### **ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO**

I. INTRODUÇÃO .....	1441
II. MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: AUTOTUTELA, AUTOCOMPOSIÇÃO, HETEROCOMPOSIÇÃO .....	1441
1. Autotutela .....	1442
2. Autocomposição .....	1443
3. Heterocomposição .....	1444
A) Enquadramento Jurídico: controvérsias .....	1444
B) Métodos Existentes .....	1445
III. ARBITRAGEM NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO .....	1447
1. Distinções Relevantes .....	1447
2. Tipos de Arbitragem .....	1448
3. Arbitragem no Direito Individual do Trabalho .....	1450
4. Arbitragem no Direito Coletivo do Trabalho .....	1452
IV. MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO .....	1453
Conflitos Coletivos do Trabalho: tipos de mediação .....	1454

V. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA .....	1455
1. Enquadramento Jurídico .....	1455
2. Dinâmica das Comissões de Conciliação Prévia .....	1456
BIBLIOGRAFIA .....	1459